

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 18/2017/TCM-PA, de 19 de dezembro de 2017.**

EMENTA: *INSTITUI, DISPÕEM E REGULAMENTA A CONCESSÃO DA MEDALHA DE ORDEM DE MÉRITO DE CONTAS “GOVERNADOR ALACID DA SILVA NUNES” DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais, legais e normativas que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do **art. 2º, inciso II, da Lei Complementar Estadual n. 109/2016; dos artigos 14, inciso V e 15, inciso VII, do RITCM-PA (Ato nº 19/2017)**, por intermédio desta Resolução Plenária e,

CONSIDERANDO o propósito de reverenciar a memória das pessoas que, ao longo de sua existência, ofereceram relevante contribuição ao desenvolvimento da sociedade, mediante realizações marcantes no campo cultural, político ou técnico-científico, com especial ênfase no âmbito do controle externo desempenhado por este TCM-PA;

CONSIDERANDO o paraense Alacid da Silva Nunes, dedicou grande parte de sua vida à atividade política, primando, no exercício dos cargos públicos que exerceu, assegurar a defesa dos interesses coletivos e de promoção do bem-estar do povo que representou, especialmente como Governador do Estado e, ainda, como destacado membro do Congresso Nacional;

CONSIDERANDO, ainda, haver sido da iniciativa de seu Governo a criação deste Tribunal de Contas, o que se deu por meio da Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal, após o que, implantando através da Lei Estadual nº 5.033, de 18/10/1982, então nomeado Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

CONSIDERANDO, por fim, ser sedimentado, no âmbito dos Tribunais de Contas, a exemplo dos Tribunais de Justiça, o justo reconhecimento daqueles que apoiam, concorrem e fortalecem as ações institucionais próprias do controle externo das contas públicas, em prol de toda a sociedade;

RESOLVE: **APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA, QUE INSTITUI, DISPÕEM E REGULAMENTA A CONCESSÃO DA MEDALHA DE ORDEM DE MÉRITO DE CONTAS “GOVERNADOR ALACID DA SILVA NUNES” DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, NOS SEGUINTE TERMOS:**

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituído, no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a Ordem do Mérito de Contas “Governador ALACID DA SILVA NUNES”, cujos desenhos seguem em anexo ao presente Regulamento.

Art. 2º. A Ordem ora instituída destina-se a agraciar pessoas ou entidades que prestem ou tenham prestado relevantes serviços ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará ou, ainda, ao fortalecimento e desenvolvimento do controle externo da Administração Pública, na forma estabelecida na presente Resolução.

Art. 3º. Fica instituído, ainda, no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o nominado Colar Presidencial, elemento simbólico da autoridade e encargo assentado aos Conselheiros de Contas, no exercício da gestão deste TCM-PA, cujo desenho segue em anexo à presente Resolução.



§1º. O colar Presidencial é constituído por sua insígnia fabricada em metal amarelo, contendo partes em amarelo ouro, com a seguinte composição:

I – Medalha: Na concepção da medalha foi criado um disco central contornado por faixa em vermelho esmaltado e bordas douradas, tendo na parte superior a frase “TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ” e na inferior, “Alacid Silva Nunes – Patrono” esta, contornada por moldura dourada, sendo ambas aplicadas em branco, contendo no centro, a efígie de Alacid da Silva Nunes. Circundando o disco, raios dourados se projetam separadamente em todas as direções – apoiados em círculo de fio dourado - e o principal deles atrela-se à estrela *Spica* que é em relevo azul com as bordas chanfradas em amarelo ouro, e está aplicada sobre dois raios, formando assim o pingente que interliga a medalha aos módulos.

II – Módulos: nestes estão inseridos o Brasão do Estado, os raios solares e o Escudo do Pará,- a estrela *Spica* é multiplicada, formando a constelação de 144 municípios – douradas e interligadas umas às outras, as estrelas, vão se sobrepor em seis módulos de raios dourados em cujo centro constará o Escudo do Pará – que seccionadas ao meio, formarão doze módulos com doze estrelas cada - distribuídos a partir do pingente e da esquerda para a direita formando o Colar Presidencial do TCM-PA.

§2º. O uso da insígnia prevista no *caput* deste artigo, pelo Conselheiro-Presidente, será obrigatória, por ocasião das Sessões Solenes, deste TCM-PA e, facultativa, nos demais eventos.

§3º. O Colar Presidencial será repassado, de forma solene, ao Conselheiro-Presidente eleito, durante a cerimônia de posse, após o juramento, fixado regimentalmente, pelo novo Conselheiro-Presidente.

CAPÍTULO II DA FINALIDADE E CONCESSÃO DA ORDEM DE MÉRITO

Art. 4º. A Ordem do Mérito de Contas “Governador ALACID DA SILVA NUNES”, criada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, destina-se a premiar os merecedores da distinção, na forma estabelecida no presente regulamento, em três categorias distintas:

I - Ordem de Comendador: serão conferidas aos Chefes de Estado, Chefes de Poderes, Chefes de Órgãos da Administração Direta ou Indireta, de todas as esferas, civis ou militares, nacionais ou internacionais;

II - Ordem de Oficial: serão conferidas às demais autoridades ou personalidades, políticas ou administrativas, da administração pública ou privada, civis ou militares, nacionais ou internacionais, bem como entidades que tenham reconhecida atuação, voltada ao fortalecimento do controle externo.

III - Ordem de Cavaleiro: serão conferidas aos servidores do TCM-PA, com destacamento no desempenho de suas atribuições, em prol do controle externo e do fortalecimento institucional.

§1º. A medalha da Ordem de Comendador é constituída por um disco central contornado por faixa vermelha, tendo na parte superior das bordas a frase “MÉRITO ALACID NUNES” e na inferior, “Alacid da Silva Nunes - Patrono” - e circundada por moldura dourada -, sendo ambas na cor branca sobre a faixa vermelha esmaltada, contendo no centro, a efígie de Alacid da Silva Nunes. Circundando o disco, raios dourados se projetam separadamente, em todas as direções passando a ideia de expansão e o principal deles se atrela a um pingente que unirá a Medalha à fita nas cores vermelha e branca em forma de colar. O verso da medalha contará com raios dourados, em metal dourado e em relevo, a estilização de um Sol com doze pontas, que abrigam grupos de doze estrelas interligadas entre si, representativas da constelação de 144 Municípios Paraenses. Contornando a parte central do sol está a legenda “TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ. Fundado em 16 de outubro de 1980”, enquanto que na parte superior estará o Brasão do Estado do Pará e em destaque, no centro, a frase em latim “*EDUCARE AT NON PUNIRE*”.



§2º. A medalha da Ordem de Oficial é constituída por uma fita em tecido azul marinho com listra branca no centro em sentido longitudinal, tendo em sua base, um pingente em metal dourado e figura de um sol no centro com pequeno tracelím, interligando-o à Medalha “Mérito Alacid Nunes.” As cinco estrelas que formam o Cruzeiro do Sul são em metal, tendo centro azul marinho esmaltado e as bordas em metal dourado, coladas na fita deixando as partes ultrapassando as laterais.

§3º. A medalha da Ordem de Cavaleiro é constituída por uma fita de em tecido azul marinho com lista branca no centro em sentido longitudinal, em cujo centro está aplicada uma estrela em metal, azul marinho esmaltado com bordas douradas tendo em sua base, um pingente em metal dourado a figura de um sol no centro com um pequeno tracelím dourado, interligando-o à Medalha “Mérito Alacid Nunes”.

§4º. As Medalhas de Ordem serão acompanhadas de seus respectivos diplomas, com o nome do agraciado.

Art. 5º. As medalhas serão entregues aos agraciados em sessão solene comemorativa, a cada biênio, coincidente com o último ano de gestão do Conselheiro-Presidente.

Art. 6º. Os Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradoras de Contas, do TCM-PA receberão suas comendas por ocasião de suas aposentadorias, em sessão solene.

Art. 7º. As medalhas poderão ser conferidas em caráter “*post mortem*”, com vistas a enaltecer os feitos de personalidades que foram atuantes junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

CAPÍTULO III

DA INDICAÇÃO E DO NÚMERO DE HOMENAGEADOS

Art. 8º. Para indicação e aprovação dos agraciados com a Ordem de Contas do TCM-PA, será realizada reunião administrativa, em caráter reservado, pelo Colegiado do Tribunal, até o dia 15 do mês de novembro, do exercício onde incidir a premiação.

Art. 9º. A cada biênio serão concedidas até 30 (trinta) Medalhas da Ordem, obedecendo a seguinte distribuição, conforme classificação:

I – Até 10 (dez) Medalhas da Ordem de Comendador: sendo 03 (três) de indicação da Diretoria do TCM-PA e 07 (sete) por indicação de cada Conselheiro.

II – Até 10 (dez) Medalhas da Ordem de Oficial: sendo 03 (três) de indicação da Diretoria do TCM-PA e 07 (sete) por indicação de cada Conselheiro.

III – Até 10 (dez) Medalhas da Ordem de Cavaleiro: sendo 03 (três) de indicação da Diretoria do TCM-PA e 07 (sete) por indicação de cada Conselheiro.

Parágrafo único. Para fins do previsto no presente art. 9º, compõem a Diretoria do TCM-PA, os Conselheiros no exercício da Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria.

Art. 10. Consignada as indicações referidas no art. 9º, por ocasião da reunião administrativa fixada, qualquer dos Conselheiros poderá apresentar proposição de veto aos nomes indicados, desde que devidamente fundamentado, nas seguintes hipóteses:

I – Tiverem contas reprovadas, com trânsito em julgado, pelo TCM-PA, nos últimos 08 (oito) anos;

II – Tiverem os direitos políticos perdidos ou suspensos, por decisão judicial, transita em julgado, nos últimos 08 (oito) anos;

III - Que tenham sofrido condenação pela Justiça Brasileira, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por crime contra a integridade e a soberania nacionais, ou atentado contra o erário, instituições e a sociedade;

IV – Que estejam respondendo a Processo Administrativo Disciplinar, no âmbito deste TCM-PA, ou que tenham sofrido sanção disciplinar, no âmbito de sua atuação funcional, junto ao TCM-PA, nos últimos 08 (oito) anos.

Art. 11. A proposição de veto, prevista no art. 10, será submetida a votação do Colegiado, durante a reunião administrativa, podendo esta ser transferida, para melhor apuração dos fatos em que se fundamentem o pedido de rejeição.

§1º. Havendo empate na aprovação da relação dos agraciados, caberá ao Conselheiro-Presidente proferir o voto de desempate.

Art. 12. A(s) reunião(ões) administrativa(s) do Colegiado de Contas, previstas no art. 8º, serão lavradas em ata, em livro próprio, com registro dos nomes, identificação e demais dados dos agraciados.

CAPÍTULO IV DA EXCLUSÃO DA ORDEM DE MÉRITO

Art. 13. Serão excluídos e destituídos da Ordem de Mérito de Contas, mediante deliberação do Tribunal Pleno, os agraciados que incidirem nas seguintes hipóteses:

I – Tiverem contas reprovadas, com trânsito em julgado, pelo TCM-PA, nos últimos 08 (oito) anos;

II – Tiverem os direitos políticos perdidos ou suspensos, por decisão judicial, transita em julgado, nos últimos 08 (oito) anos;

III - Que tenham sofrido condenação pela Justiça Brasileira, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por crime contra a integridade e a soberania nacionais, ou atentado contra o erário, instituições e a sociedade;

IV – Que estejam respondendo a Processo Administrativo Disciplinar, no âmbito deste TCM-PA, ou que tenham sofrido sanção disciplinar, no âmbito de sua atuação funcional, junto ao TCM-PA, nos últimos 08 (oito) anos.

V – Venham a atuar, comprovadamente, em desfavor da jurisdição, competências e prerrogativas, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e, ainda, de qualquer de seus Membros.

VI - Que, a critério do Colegiado de Contas, tenham praticado atos que invalidem as razões pelas quais foram admitidos;

VII - Que não compareçam, pessoalmente ou por representante, à solenidade de entrega da Medalha da Ordem e que não a requeiram no prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo de nova indicação.



§1º. As exclusões serão propostas pelos Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios, mediante requerimento direcionado à Presidência.

§2º. A perda da comenda deverá ser aprovada pela maioria absoluta dos membros do TCM-PA.

§3º. Havendo empate quanto à aprovação da perda, caberá ao Presidente do TCM-PA proferir o voto de desempate.

§4º. Aprovada a destituição, nos termos deste artigo, proceder-se-á com sua exclusão do indicado, riscando-se seu nome junto ao livro de registro próprio e demais informativos eletrônicos do TCM-PA.

CAPÍTULO V

DA CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO

Art. 14. A entrega oficial das condecorações será pública e efetuada na sede do TCM-PA ou em outro local escolhido pela Presidência, em ato solene, com a presença dos Conselheiros, das autoridades e dos convidados, em data a ser estabelecida, de acordo com o calendário anual do Tribunal de Contas.

§1º. As condecorações serão entregues aos agraciados pelos Conselheiros do TCM-PA.

§2º. O agraciado que, por algum motivo, não puder comparecer ao evento solene de condecoração, poderá receber a comenda em outra data, observado o prazo previsto no art. 13, inciso VII, desta resolução.

§3º. Excepcionalmente, a critério do Tribunal Pleno, a entrega das condecorações poderá ser feita em cerimônia simples, coincidente com a última sessão plenária do exercício em que ocorrer.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. Não serão considerados, para fins dos quantitativos máximos de concessão da Ordem de Contas, nos termos do art. 9º, as homenagens conferidas aos Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores de Contas, tal como estabelecido no art. 6º, desta Resolução.

Art. 16. Em sessão solene, alusiva aos 35 anos de instalação do TCM-PA, o Conselheiro-Presidente receberá do Conselheiro-Decano, o Colar Presidencial, quando, excepcionalmente, serão concedidas as primeiras Medalhas de Ordem de Mérito de Contas “Governador ALACID DA SILVA NUNES”, nos termos desta Resolução.

Art. 17. Os casos omissos ou não previstos nesta Resolução, serão dirimidos mediante deliberação do Colegiado.

Art. 18. A Presidência do TCM-PA poderá expedir atos complementares para operacionalização das normas desta Resolução.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 19 de dezembro de 2017.